

*Artigo

Redução da Maioridade Penal: uma falácia na solução das causas da violência

Temos vivido uma onda de sensacionalismo sobre a temática da redução da maioridade penal. Fatos isolados servem de aporte para a mídia criar um clima de insegurança junto à população, que muitas vezes acredita na falácia de que os adolescentes, por não serem punidos, estão fazendo a sociedade tornar-se mais violenta. Lembramos que o Estatuto da Criança e do Adolescente (12-17 anos) já prevê medidas socioeducativas e, sobretudo, que é necessário tratar as causas que geram a violência. Nessa perspectiva, a efetivação de políticas públicas tem um papel relevante, pois todos os dias crianças, adolescentes e jovens são violentados em seus direitos.

Temos um cenário de cadeias superlotadas, e a ação governamental muitas vezes reforça o estereótipo da segurança pública em discursos que se inflamam para o aumento de policiais e construção de novos presídios. Entretanto, sabemos que as cadeias aglomeram pessoas, não ressocializam e, mesmo assim, a melhor proposta que queremos oferecer para os nossos adolescentes é o cárcere.

Cadê as escolas? A renda? O lazer? Segundo dados da OIT -Organização Internacional do Trabalho, ainda não erradicamos o analfabetismo entre os jovens de 15 a 24 anos. Persiste a distorção idade e série, ou seja, meninos e meninas nem sequer conseguiram ainda ter garantidos seus estudos na idade certa.

Segundo o mesmo relatório da OIT, são os jovens a categoria mais desempregada do país. Portanto, solidarizar-se verdadeiramente com as famílias que eventualmente sofreram violências por adolescentes, é reverter essa lógica da exclusão, pois todos os dias o Brasil deveria chorar a juventude, sobretudo a negra e pobre, que no anonimato tem morrido de fome, por arma de fogo, nas mãos do tráfico, não porque escolhem esse caminho, ao contrário, são cooptados, como resultado dos nossos problemas estruturais.

Mas não estamos diante apenas de um problema estrutural: estamos diante de uma concepção, da maneira de entendermos os jovens. Responsabilizamos os jovens pelas mazelas da sociedade e, no caso em questão, pela violência. Essa visão não reconhece no jovem a condição de protagonista, capaz de dialogar, se organizar e ser autor de participação social. O que pretendemos chamar a atenção é que o jovem é um sujeito de direitos: ele quer ter vez e voz.

Na educação, não educamos para a construção dos valores, mas para uma disciplina autoritária, que instala a obediência pela obediência. Para Paulo Freire: “a liberdade que desde cedo veio aprendendo, vivencialmente, que veio a construir sua autoridade interna, pela introjeção da externa é que vive plenamente suas possibilidades. As possibilidades decorrem da assunção lúcida, ética dos limites e não da obediência medrosa e cega a eles” (2000).

No Senado Nacional algumas propostas como as das Emendas Constitucionais (PEC): 33/12, 74/11 e 83/11, que propõem a redução da maioria penal, revelam que alguns dos nossos políticos vão na contramão dos pareceres dos movimentos sociais, das organizações acadêmicas e dos órgãos que trabalham com crianças, adolescentes e jovens. Tais propostas revelam um discurso conservador, enquanto que mais rígidos deveriam ser os investimentos na qualidade de ensino e na valorização dos profissionais da educação.

Afinal, que projeto de nação está por de trás do encarceramento em massa dos mais pobres? Ainda hoje não conseguimos aplicar efetivamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, e quem se responsabiliza por essas demandas? Estamos inseridos em um sistema onde se naturaliza a exploração humana e ambiental. A ética, a estética, os sonhos se distanciam da realidade juvenil, ao contrário, os modelos de vida que temos os empurram para o consumo, para o trabalho precário e para invisibilidade. Portanto é preciso reverter essa lógica, distribuir renda e implementar políticas públicas tendo em vista a coletividade e a garantia do bem-viver.

Roberta Augustinho da Silva é mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP

*Curtas

ExpoFlor inicia a todo o vapor em Tangará da Serra

Margaridas, antúrios, crisântemos, gardênia, gérberas, girassóis, heli-
cônias, cactos, cravos, rosas, lírios, entre tantas outras espécies – ao todo
aproximadamente 400 – já estão em exposição e à venda desde ontem,
01 de junho, na quadra poliesportiva da Escola Especial Raio de Sol.

No primeiro dia do evento, que já se tornou tradicional em Tangará da Serra, as expectativas foram superadas se tratando de vendas, reunindo grande número de pessoas que estiveram presente no local.

De acordo com a secretária administrativa da instituição, Zilda Orlan-da, nessa edição a população poderá usufruir de novidades. “Vamos ter praça de alimentação a partir de amanhã e pretendemos atrair público maior. Por se tratar de uma segunda-feira, o movimento foi muito bom”, avaliou a secretária, ao convidar a população para mais uma vez contribuir com a instituição. “O evento é realizado com a finalidade de angariar fundos para a manutenção da Apae, instituição que necessita arrecadar cerca de 30% do valor total gasto para conseguir custear todas as suas despesas, então contamos com a colaboração da população”, finalizou.



Deficientes

Pessoas com deficiência física, visual ou mental têm direito à isenção do pagamento do Imposto sobre Proprietário de Veículo Automotor (IPVA) ao adquirir um automóvel, até mesmo no caso de quem é conduzido por um representante legal. O benefício é amparado pela Lei nº 7.301/2000, que institui o imposto.

Benefícios

O governador Pedro Taques sancionou a Lei que prevê que automóvel fabricado para uso de pessoa com deficiência física, condutora ou conduzida, e para pessoa com deficiência visual passa a ser isento do pagamento do imposto. É válido também para pessoa com deficiência mental profunda, ou autista, conduzida por um representante legal.

Dois meses

O ex-secretário de Fazenda de Mato Grosso, Eder Moraes Dias, completou ontem dois meses como detento do Centro de Custódia de Cuiabá, anexo ao Centro de Ressocialização, antigo Carumbé. O político, conhecido historicamente, como um dos maiores homens de confiança do Poder Executivo mato-grossense, aguarda julgamento de habeas Corpus.

Processo

O antigo secretário de Fazenda é figura única no processo sobre possíveis pagamentos irregulares de precatórios avaliados em aproximadamente R\$20 milhões durante a gestão do governador Blairo Maggi. O empresário José Geraldo Sabóia, deixou de figurar como um dos réus no processo, sendo absolvido após tornar-se colaborador das investigações.

*Bastidores da Política

Sem esforços

O líder do Governo na Assembleia, Wilson Santos (PSDB), não está disposto a fazer nenhum esforço para promover a reaproximação entre o deputado estadual Zeca Viana (PDT) e o Palácio Paiaguás. Apesar das divergências públicas com Zeca Viana, Wilson faz questão de ressaltar que o governador Pedro Taques (PDT) nunca usou de revanchismo com o correligionário.

Irregularidades

O vereador por Colniza, localizada a 1.065 km de Cuiabá, Elpidio da Silva Meira (PR) protocolou denúncia contra o prefeito João Assis Ramos, o Assis Raupp (PMDB), devido às irregularidades em licitações na área da saúde. Ocorre que o parlamentar recebeu denúncia anônima de moradores, que relataram a falta de medicamentos no hospital municipal.

Divergências

As divergências com o governador iniciaram durante o processo eleitoral para escolha da Mesa Diretora da Assembleia. O Palácio Paiguás apoiou a chapa encabeçada pelo deputado estadual Guilherme Maluf (PSDB), desagradoando o correligionário que articulava uma alternativa. O relacionamento de Zeca com o Executivo se deteriorou.

Licitações

Diante da situação, o vereador e 1º secretário, usou a tribuna para relatar o caso na saúde. O republicano aponta desmando e possível existência de irregularidades, como ato de improbidade administrativa. Em seu depoimento ao Ministério Público, afirma que requereu ao prefeito cópia das licitações e dos empenhos de pagamento. Raupp negou as cópias do pregão 020/2013.

Acusação

O chefe da Casa Civil, Paulo Taques, que é primo e homem de confiança do governador, já foi acusado de vagabundo, mentiroso e burro. Nesta semana, em tom mais ameno, o parlamentar lembrou que ajudou a eleger Taques como governador. Além de emprestar aeronaves para o correligionário, percorrer os municípios de Mato Grosso.

Direcionamento

O vereador explica que houve direcionamento da licitação e constatou a ocorrência de superfaturamento na aquisição de remédios. Afirma que o vencedor do pregão foi a empresa Dental MED e Delta, e a Distribuidora Brasil Comércio de Produtos Hospitalares foi excluída da concorrência de forma indevida. Elpidio diz que houve favorecimento e ainda acusa o prefeito.

Pretexto

As divergências internas no PDT são utilizadas como pretexto para Taques mudar de partido. Nem mesmo o presidente nacional da sigla Carlos Lupi conseguiu demovê-lo da ideia. Os possíveis caminhos são PSDB, PV, PTB ou a fusão entre PSB e PPS.A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), afrouxando a Lei da Fidelidade Partidária para ocupantes de cargos no Executivo.

Empenhos

Pontua que a esposa de Raupp, Ozélia Pereira de Oliveira, é secretária de Finanças e quem atesta os empenhos realizados para aquisição dos medicamentos. O vereador afirma que analisando as notas de empenho verificou que várias não têm o carimbo da Receita Federal e, por isso, acredita que parte dos medicamentos não tenham sido efetivamente entregues à população.



Rogério Silva propõe apoio do poder público à Semana Farroupilha

Rogério Silva (Pros) defende na Câmara Municipal, esta semana, que o Executivo Municipal faça parcerias com o Centro de Tradições Gaúchas Aliança da Serra (CTG) para a realização da tradicional Semana Farroupilha. O vereador justifica a iniciativa ao lembrar que o CTG tangaraense é um dos maiores do estado, reunindo pessoas de toda a região. Além disso, afirma Silva, o evento é acima de tudo cultural, auxiliando na preservação da história e da cultura. “A Semana Farroupilha é um evento regional, no qual cerca de 10 mil pessoas visitam a cidade para prestigiar o mesmo, movimentando hotéis restaurantes e todo o comércio tangaraense, fortalecendo assim a economia do município”, afirma o vereador Rogério Silva. A proposta do vereador é de que o Município auxilie na realização